

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA PERCEPÇÃO DO GESTOR DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE AREIA- PB

Leiliane de Brito Dias (1) Adriana Pricilla Jales Dantas (1); Terezinha Cleide de Medeiros(2);
Rosângela Miranda de Lima (3) Maria Betania Sabino Fernandes (4)

Universidade Federal Da Paraíba, leilianediasleilianedias@outlook.com(1); Universidade Federal Da Paraíba, pricilla.bbc@hotmail.com(1); Universidade Federal Da Paraíba, cleidinhamedeiros01@hotmail.com (2); Universidade Federal da Paraíba, rosangela.biologiaufpb@gmail.com (3) Universidade Federal Da Paraíba, maria_bvf@yahoo.com.br (4).

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é considerado um documento de extrema importância para a organização das escolas públicas e particulares. Um bom plano é fundamental para que um projeto dê certo, no entanto, se não houver envolvimento e participação da comunidade educativa, pode se tornar um mero documento inconcluso e sem validade (ALBINO, 2011). Por isso, é essencial a participação de toda comunidade escolar inclusive os pais na construção desse documento, para que o mesmo seja usado como guia na organização da escola.

Segundo Libâneo, (2004) O PPP é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Dessa forma, torna-se essencial a participação de todos na elaboração de um projeto, pois só com a participação de todos, a escola estará tomando o rumo certo para ser seguido, como um ambiente participativo e democrático.

A ênfase no modelo de gestão escolar democrática é um dos principais objetivos almejados para a educação Brasileira. Falar em inovação e projeto político pedagógico tem sentido se não esquecermos qual é a preocupação fundamental que enfrenta o sistema educativo: melhorar a qualidade da educação pública para que todos aprendam mais e melhor (VEIGA, 2003).

O papel central da elaboração de um PPP é do conselho escolar, onde envolve os profissionais da educação, funcionários e também os pais. Pois, é através de um bom planejamento e agrupamento de informações os mesmos poderão traçar os devidos objetivos no qual a instituição necessita alcançar. Para isso, o projeto precisa orientar a prática de produzir uma realidade. Dessa forma, é preciso primeiro conhecer

a realidade, em seguida refletir sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada.

Sendo assim, baseados nos conceitos apresentados, a escolha pelo tema se justifica pela necessidade de averiguar se a escola do município ao qual atuamos durante os estágios supervisionado da graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, possui um PPP, e se ele é construído de forma democrática e colocado em prática. Pretendeu-se com o presente trabalho é, sondar a percepção do gestor sobre a importância do Projeto Político-Pedagógico na construção da democracia escolar.

METODOLOGIA:

Este trabalho foi realizado visando levantar dados para subsidiar as discussões da disciplina Planejamento e Gestão Escolar no que se refere ao PPP e sua concretização na escola, com o intuito de envolver o futuro licenciado nas práticas educacionais a disciplina citada está presente na grade curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, Campus – II. A pesquisa foi realizada com o gestor de uma escola pública estadual localizada no município de Areia-PB, através de um questionário, contendo seis perguntas abertas, dentre elas, destacamos: se a escola possuía um PPP, quem participava da elaboração do mesmo, quais as dificuldades de colocar em prática o projeto. Assim, a problematização das perguntas girou em torno do Projeto Político Pedagógico e sua importância para a escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As respostas dos questionários apresentadas pela gestora levaram a algumas reflexões. Ao questionar sobre *a existência de um projeto político-pedagógico na escola, e quem participa da elaboração dele*, O gestor aponta que a escola apresenta sim um Projeto Político-Pedagógico e o mesmo foi construído por professores e funcionários da escola, deixando sua resposta bem objetiva. Através da resposta supomos que nem os pais nem os estudantes participam da elaboração desse projeto. Nesse caso, podemos afirmar que o projeto não foi construído democraticamente. Sobre isso, Paro (2000) assegura que a participação democrática não se dá espontaneamente, pois antes de tudo é um processo histórico em construção coletiva. Sendo assim, coloca-se a necessidade de se

preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Desta forma, é necessário que se estabeleça novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida para que se promova a democratização da gestão escolar.

Em suas respostas, a gestora cita que a dificuldade de elaborar um PPP é seguir a Lei de Diretrizes e Bases, ora, se é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96), que aborda como princípio da democracia escolar a gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Sendo assim, apresenta-se um questionamento: qual documento a gestão segue na elaboração do projeto, já que a gestora comenta que é difícil seguir a LDB, sendo a mesma a base para uma gestão democrática.

Um dos pontos que supomos no início da investigação foi a ausência dos pais na participação do PPP. Isso veio a se confirmar quando indagamos sobre as dificuldades de gestão democrática, em sua resposta a maior dificuldade é a ausência dos pais na escola, “a falta de participação dos pais na escola é algo que dificulta meu trabalho como gestor” (fala do diretor (a) entrevistado). Esta fala nos conduz a seguinte reflexão: será que a culpa é apenas dos pais por não ser participativos na educação dos seus filhos, ou será que a escola não está aberta para sua participação? Pois, quando indagamos a gestora sobre a participação dos pais na construção do PPP, a resposta que obtivemos foi que os pais não se envolvem na produção do projeto, tendo sido citado pela gestora apenas: professores, gestores e funcionários. Dessa forma, é possível observar uma contradição na sua fala, pois, a escola precisa ser um espaço aberto para receber e lutar pela permanência dos pais na escola.

A construção do PPP precisa revelar os interesses da comunidade escolar, suas expectativas dentro da esfera do coletivo, buscando uma gestão democrática na definição da ação de cada um e das ações conjuntas; gestor, professor, pais alunos e funcionários. Nesse sentido, a sua construção terá sempre o caráter político. Todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. (VEIGA, 1995).

Para Lück (2000), um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos, suas ações tenha em mente o conjunto todo da escola e seu papel educacional. Não apenas imediato, mas de repercussão no futuro, em acordo com visão estratégica e com amplas políticas educacionais.

A LDB 9394/96 torna a gestão democrática um princípio, além da criação dos Conselhos Escolares. Na escola participante desta pesquisa a gestora garante que existe sim um Conselho Escolar, que atua agilizando os programas da escola e trabalha em parceria com toda comunidade escolar.

Segundo Oliveira (2009) a atuação dos conselhos escolares além de colaborarem com a gestão democrática também permite a construção de um PPP, que contribui como espaço de participação para as decisões escolares. A gestão democrática da escola significa, portanto, a conjugação entre instrumentos formais eleição de direção, conselho escolar, descentralização financeira e práticas efetivas de participação, que conferem a cada escola sua singularidade, articuladas em um sistema de ensino que igualmente promova a participação nas políticas educacional mais ampla.

CONCLUSÃO

Buscou-se analisar a partir dos dados levantados a percepção do gestor sobre a importância do projeto político-pedagógico na construção da democracia escolar. O que se percebe é que o projeto político pedagógico é entendido como ferramenta norteadora para a consolidação da gestão democrática, no entanto é necessário que a escola crie um ambiente favorável para a participação de toda a comunidade escolar.

Com isso, apesar de existir um Projeto Político Pedagógico na escola, há uma deficiência em uma gestão totalmente democrática, pois a gestão reclama de não existir uma participação efetiva dos pais. O que revela a necessidade da promoção de um ambiente escolar que seja convidativo a participação dos familiares dos alunos, mostrando que sua presença é de fundamental importância para a aprendizagem de seus filhos. Pois sabe-se que é necessária a contribuição de todos para que haja uma gestão democrática e uma melhor qualidade de ensino.

Sendo assim, conclui-se que é preciso que a comunidade como um todo, no caso os próprios pais e funcionários da escola se façam presentes e procurem participar dessas questões tão importantes, pois a construção de um PPP não é responsabilidade apenas do gestor, mas de todos que formam e fazem a escola, e para que se construa um PPP democrático, que favoreça a todos, é necessário que se tenha a participação de toda a comunidade.

REFERÊNCIAS:

ALBINO, Ângela Cristina Alves. **Projeto político-pedagógico em enunciação política: uma análise da prática discursiva docente/** Ângela Cristina Alves Albino. – João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. 156p.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> . Acesso: 23 de Set. 2017

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola:** teoria e prática. 5 ed. Goiania, GO: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e implicação quanto à formação dos seus gestores.** (In) Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, 0. 11-33, fev./jun. 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: Gestão Democrática da Escola Pública.** 3 ed. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **A gestão democrática na organização do trabalho escolar: a construção do PPP.** In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCARE, 4., 2009, Paraná. **Anais...** . Paraná: Pucpr, 2009. v. 4, p. 1 - 14.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** / Cad. Cedes, Campinas, s, v. 23, n. 61, 2003, p. 268.